



A FORMAÇÃO DOS(AS) PROFESSORES(AS) DE ARTES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA FONTE EMANCIPATÓRIA E PLURAL DA HUMANIDADE

Lucimara Espich

Mestranda no Curso de Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Cleusa Inês Ziesmann

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Profa. do Pós-Graduação Profissional em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – *Campus* Erechim e do Domínio Conexo e de Pedagogia – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul – *campus* Cerro Largo/RS

1. Introdução

O contexto educacional atual, marcado por profundas transformações sociais, culturais e tecnológicas, promover uma escola democrática e inclusiva é um dos maiores desafios das políticas públicas. A diversidade nas salas de aula — composta por sujeitos com diferentes histórias, habilidades, ritmos e formas de aprender — exige posturas abertas, críticas e acolhedoras dos sistemas de ensino e dos profissionais da educação. As Artes destacam-se como ferramenta pedagógica eficazes ao valorizar as diferenças, reconhecer a singularidade de cada estudante e favorecer seu desenvolvimento integral.

Este estudo investiga o papel das Artes no âmbito da Educação Especial Inclusiva, destacando seu caráter emancipatório e promotor da pluralidade humana. Busca-se compreender como as práticas artísticas favorecem o desenvolvimento cognitivo e emocional, dos estudantes, promovendo sua expressão e participação plena no ambiente escolar. A motivação reside na necessidade de compreender como as Artes colaboram para a efetivação de uma educação inclusiva e democrática, alinhada à LDB (Lei nº 9.394/96), à Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098/2000), à Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), à BNCC (2023) e demais normativas.

A discussão teórica fundamenta-se em Ziesmann (2018), Mantoan e Lanuti (2022), entre outros. A etapa empírica, em andamento, envolve entrevistas com docentes da rede pública de Concórdia/SC, questionando: de que forma as Artes podem contribuir para a criação de um ambiente escolar inclusivo e democrático, assegurando o desenvolvimento das potencialidades de todos os estudantes.



O objetivo geral é analisar como as Artes podem ser integradas às práticas pedagógicas, promovendo a inclusão e o respeito às diferenças. Os objetivos específicos abrangem a análise das estratégias utilizadas por docentes de Artes para atender à diversidade de estudantes, a avaliação da formação inicial e continuada dos docentes, a investigação da contribuição das práticas artísticas para a construção de ambientes acolhedores, bem como a identificação dos desafios enfrentados no uso da Arte como instrumento de inclusão. Propõe-se, a oficina intitulada "Artes como Meio para a Inclusão Educacional: Estratégias e Práticas para Alunos com Deficiência", com o intuito de fortalecer as competências pedagógicas e fomentar práticas inclusivas, em conformidade com a obrigatoriedade do ensino de Artes prevista na Lei 13.278/16.

A formação docente no século XXI enfrenta desafios significativos diante das transformações tecnológicas, sociais e culturais, exigindo práticas pedagógicas flexíveis, inovadoras e sensíveis à diversidade. Persistem entraves históricos nas políticas de formação docente, como a ausência de práticas pedagógicas efetivas nos cursos de licenciatura, desvalorização profissional e defasagem entre a formação acadêmica e a realidade escolar. De fendem Nunes e Miranda (2021, p. 141) que, "o Brasil necessita de um projeto nacional de educação que contemple uma escola unitária e plural, capaz de articular a riqueza e a diversidade cultural do nosso povo".

Além disso, a precariedade da formação continuada, o despreparo tecnológico, a carência de recursos e a insuficiência na preparação para a educação inclusiva limitam a atuação docente, agravados pela sobrecarga, violência e o desrespeito que afetam saúde e profissão. Para Freire (1987), a escola deve ser espaço de transformação, superando práticas excludentes e respeitando as diferenças. Nessa concepção Ziesmann (2018) acrescenta que, apesar dos avanços legais, barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais limitam a inclusão, portanto não basta garantir o acesso, mas é necessário assegurar o pertencimento e a participação ativa de todos os estudantes.

A Educação Inclusiva consolida-se um movimento político, cultural e pedagógico que valoriza a diferença, a fim de combater práticas discriminatórias históricas. Contudo, a adaptação física nas escolas nem sempre acompanhada por mudanças pedagógicas. Por isso, é imprescindível a formação crítica e continuada voltada a práticas pedagógicas inclusivas, emancipadoras e dialógicas (LDBEN, 1996). Para Sassaki (2010), inclusão é



eliminar barreiras e garantir a plena participação de todos.

A prática pedagógica deve ser investigativa, reflexiva e sensível às especificidades dos alunos. A Arte, como linguagem simbólica direciona a construção de significados, valores e conhecimentos, integrando a prática educativa voltada a humanização. O compromisso com a educação inclusiva e democrática envolve toda a comunidade escolar, superando padrões estabelecidos.

Em um cenário de constantes transformações, educar é semear possibilidades de crescimento singular, pois, como lembram Mantoan e Lanuti (2022, p. 53), "cada semente tem seu crescimento próprio porque elas também não se repetem, têm uma vida singular, embora sejam de uma mesma espécie". Essa metáfora reforça a importância de práticas pedagógicas, que reconheçam e valorizem os diferentes tempos, trajetórias e formas de aprender dos sujeitos. Assim, educar com Arte é cultivar humanidade, é abrir caminhos para que cada estudante possa florescer com autonomia, sentido e dignidade, dentro de uma escola que acolhe, escuta e transforma.

2. Metodologia

A pesquisa qualitativa, na modalidade Estudo de Caso, investiga práticas pedagógicas inclusivas no ensino de Artes em escolas públicas municipais de Concórdia/SC. A escolha justifica-se pela necessidade de compreender, as experiências e estratégias dos docentes em turmas inclusivas. A coleta de dados ocorreu por entrevistas semiestruturadas com seis professores (três de Artes e três de Educação Especial), selecionados por critérios definidos e que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram gravadas com autorização, respeitando os princípios éticos da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Os dados são armazenados pela orientadora e serão eliminados após cinco anos.

A análise utilizou a Análise Textual Discursiva (ATD) de Moraes e Galiazzi (2007), que compreende três etapas: unitarização (fragmentação dos dados em unidades significativas), categorização (agrupamento em categorias emergentes) e metatextualização (produção de texto analítico que articula os significados construídos). Essa abordagem permite interpretar a realidade como socialmente construída e marcada por dimensões simbólicas, culturais e pedagógicas.



3. Resultados e discussão

A etapa empírica está em andamento, com reflexões baseadas em entrevistas preliminares, legislação e referencial teórico. O estudo aponta desafios na formação docente, especialmente em inclusão, práticas pedagógicas e uso de tecnologias.

As entrevistas indicam insegurança dos docentes para atuar em contextos inclusivos, devido à falta de suporte, materiais adaptados e formação específica. A escassez de formações continuadas, são também desarticuladas das demandas da educação básica, a fragilidade na formação inicial dentre teoria e prática. Soma-se a isso a carência de preparo para lidar com a diversidade, escassez de recursos e dificuldades na integração das tecnologias digitais. Apesar do discurso inclusivo, persistem barreiras estruturais e pedagógicas que comprometem o desenvolvimento pleno dos estudantes, sobretudo aqueles com deficiência, evidenciando a urgência de investimentos em políticas públicas que garantam formações críticas, reflexivas e efetivamente inclusivas.

Os dados indicam a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem o afeto, a escuta ativa e o protagonismo estudantil. A formação deve ser contínua, colaborativa e pautada em valores éticos, fortalecendo a autonomia dos docentes e o reconhecimento das singularidades dos alunos. A pesquisa aponta a limitação desigual de acesso a materiais didáticos, como jogos, recursos visuais e tecnologias assistivas, comprometendo a inclusão, à criatividade, o pensamento crítico e à participação ativa.

Por fim, o uso das Artes e tecnologias no ambiente escolar deve ser ressignificado, atuando como mediação da aprendizagem significativa e o desenvolvimento integral. A Arte, como linguagem universal e expressão simbólica, fortalece vínculos afetivos e valoriza a diversidade. As tecnologias digitais, integradas criticamente, ampliam as possibilidades pedagógicas, promovendo acessibilidade, inovação e inclusão. Educar no século XXI exige reconhecer a complexidade formativa e comprometer-se com uma educação justa, democrática e transformadora.

4. Considerações finais

Este estudo reafirma a importância das Artes como instrumento essencial para a construção de uma Educação Especial Inclusiva, plural e emancipadora. Reconhece a



Arte como linguagem simbólica e expressão cultural, que fortalece a diversidade e valoriza as singularidades dos estudantes no contexto escolar. A pesquisa, focada nas práticas pedagógicas de Artes em escolas públicas municipais de Concórdia/SC, evidencia propostas artísticas inclusivas contribuem para um ambiente escolar democrático, acolhedor e participativo, garantindo o direito à aprendizagem significativa e à participação ativa de todos os estudantes.

Até o momento conclui-se que as Artes, aliadas a estratégias pedagógicas inclusivas, favorecem o desenvolvimento integral dos alunos da Educação Especial. Apesar dos desafios, como a precariedade da formação docente, a escassez de recursos didáticos e dificuldades no uso das tecnologias, observa-se uma transformação nas práticas, pautado no afeto, na escuta e no protagonismo estudantil. A oficina de formação “Artes como meio para a Inclusão Educacional” ainda em fase de implementação, se mostra promissora para ampliar as competências docentes e fortalecer práticas inclusivas.

Sugere-se, para futuras pesquisas, aprofundar a análise das políticas públicas locais de formação docente em Artes e o desenvolvimento de materiais pedagógicos, reforçando o compromisso com uma educação justa, equitativa e transformadora.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 27 maio 2025.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér; LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista. **A escola que queremos para todos**. Curitiba: Editora CRV, 2022. Edição do Kindle. Disponível em: Amazon.com. Acesso em: 21 de março de 2025.
- MORAES, Maria de Fátima; GALIAZZI, Maria Teresa. **Análise textual: o que é, como se faz**. 2. ed. São Paulo: Edição do Autor, 2007.
- NUNES, César; MIRANDA, Eduardo Soncini. A **dimensão crítica e radical do pensamento de Paulo Freire diante da disputa pela hegemonia entre duas pedagogias no Brasil**: horizontes possíveis e desafios imediatos. Revista e-Curriculum, v. 19, 2021.
- ZIESMANN, Cleusa Inês. 2018. 183f. **Inclusão, Experiências e Práticas Pedagógicas: O Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica na Perspectiva de Vygotsky**. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.